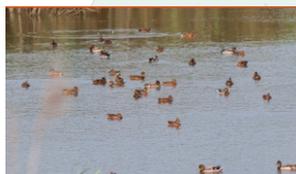


A Cogestão de Áreas Protegidas

valorizar, comunicar e sensibilizar



Qual a importância das áreas protegidas?

As áreas protegidas ocupam, no seu conjunto, 8% do território português e reúnem os valores mais representativo do património natural e paisagístico, constituindo a infraestrutura indispensável para a concretização dos propósitos da conservação da natureza.

A Estratégia Nacional da Conservação da Natureza e da Biodiversidade 2030, aprovada com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2018, de 7 de maio, estabeleceu a adoção do modelo de cogestão como medida estruturante para a valorização da Rede Nacional de Áreas Protegidas.

Atualmente, no território continental de Portugal, a Rede Nacional de Áreas Protegidas integra 48 áreas protegidas, das quais 32 são de âmbito nacional, que contemplam 1 parque nacional, 13 parques naturais, 9 reservas naturais, 2 paisagens protegidas e 7 monumentos naturais.

Mas, afinal, o que é a cogestão das áreas protegidas?

Em alinhamento com a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030, e em cumprimento do previsto na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, que estabelece o quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, o modelo de cogestão das áreas protegidas foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto.

A cogestão das áreas protegidas concretiza o princípio de participação dos órgãos municipais na respetiva gestão, envolvendo também as instituições de ensino superior e outras entidades relevantes para a promoção do desenvolvimento sustentável das mesmas. As competências dos órgãos municipais são exercidas pelos municípios, podendo também sê-lo pelos órgãos competentes das entidades intermunicipais ou das associações de municípios com atribuições em territórios abrangidos por áreas protegidas.

Este modelo aplica-se às áreas protegidas que constituem a Rede Nacional de Áreas Protegidas, com exceção das áreas protegidas de estatuto privado.

Com este modelo pretende-se imprimir uma dinâmica de gestão de proximidade, em que diferentes entidades colocam ao serviço das áreas protegidas o que de melhor têm para oferecer no quadro das suas competências e atribuições, pondo em prática uma gestão participativa, colaborativa e articulada, **especificamente** nos domínios da promoção, sensibilização e comunicação dos valores naturais territoriais presentes.

Note-se que o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. (ICNF, I.P.), enquanto autoridade nacional para a conservação da natureza e biodiversidade, tem como missão assegurar o cumprimento das obrigações internacionais e nacionais neste domínio e que o modelo de cogestão das áreas protegidas não altera em nada estas competências.

Quais são os objetivos deste modelo?

O modelo de cogestão tem por objetivos:

- criar uma dinâmica partilhada de valorização da área protegida, tendo por base a sua sustentabilidade nas dimensões política, social, económica, ecológica, territorial e cultural e incidindo especificamente nos domínios da promoção, sensibilização e comunicação;
- estabelecer procedimentos concertados que visem um melhor desempenho na salvaguarda dos valores naturais e na resposta às solicitações da sociedade, através de uma maior articulação e eficiência das interações entre o ICNF, I. P., os municípios e demais entidades públicas competentes;
- gerar uma relação de maior proximidade aos cidadãos e às entidades relevantes para a promoção do desenvolvimento sustentável da área protegida.

Que entidades estão envolvidas na cogestão?

Quais as suas funções?

Na cogestão de cada área protegida estão envolvidos:

- a **comissão de cogestão** da área protegida e o respetivo **presidente**;
- o **conselho estratégico** da área protegida.

As principais funções da **comissão de cogestão** são:

- viabilizar e dinamizar ações de promoção ambiental, económica e social, de sensibilização e comunicação, para o desenvolvimento integrado da área protegida, estimulando a participação e a iniciativa da sociedade civil;
- estimular parcerias destinadas a planear e a executar ações de valorização sustentável do território;
- comunicar com todas as entidades públicas e privadas envolvidas na proteção e valorização do capital natural, interpretando e divulgando os principais atributos existentes na área protegida, e sensibilizar para as formas mais adequadas de os preservar e valorizar;
- elaborar, aprovar (após parecer do conselho estratégico) e executar os instrumentos de gestão;
- consultar o conselho estratégico sobre assuntos de interesse para a valorização da área protegida;
- identificar os instrumentos e linhas de financiamento de apoio à execução do plano de cogestão.

O **presidente** da comissão de cogestão é responsável por:

- acompanhar a elaboração e revisão dos instrumentos de gestão e a respetiva execução;
- assegurar a articulação entre as entidades envolvidas na comissão de cogestão e também com outras entidades externas;
- incentivar e propiciar a participação das entidades locais e regionais;
- promover a avaliação das ações desenvolvidas na área protegida.

No âmbito estrito da cogestão, são competências do **conselho estratégico**:

- apreciar e emitir parecer sobre os instrumentos de gestão ou outros assuntos submetidos pela comissão de gestão;
- apoiar a comissão de gestão na identificação dos instrumentos e linhas de financiamento de apoio à execução do plano de gestão;
- apoiar a execução de medidas e ações do plano de gestão;
- propor soluções e elaborar recomendações à comissão de gestão.

Como funciona a comissão de gestão?

Tem a seguinte **composição**, até um máximo de **sete elementos**:



um representante de Câmara Municipal dos municípios abrangidos pela área protegida

um representante do ICNF, I. P.

um representante das instituições de ensino superior

um representante de organizações não-governamentais de ambiente e equiparadas

outros atores de relevância local presentes nas áreas protegidas (até três representantes de outras entidades)

Reúne ordinariamente todos os meses e extraordinariamente sempre que seja convocada pelo seu presidente, mediante solicitação de qualquer um dos seus membros.

É **coadjuvada** por uma **estrutura de apoio** constituída pelos técnicos designados por cada uma das entidades nela representadas e coordenada pelo responsável que o ICNF, I. P., designe para o efeito.

Que instrumentos de gestão existem?

No âmbito do modelo de cogestão constituem instrumentos de gestão da área protegida:

- o plano de cogestão;
- o plano anual de atividades e orçamento;
- o relatório anual de execução de atividades.

Os instrumentos de gestão são elaborados, aprovados, após respetivo parecer do conselho estratégico, e executados pela comissão de cogestão.

O que é o plano de cogestão?

Trata-se de um documento que determina a **estratégia** a implementar numa área protegida com vista a **valorizar e promover** o território, **sensibilizar** as populações locais e melhorar a **comunicação** com todos os interlocutores e utilizadores, que integra um programa de **medidas e ações** que concretizam essa estratégia. Consubstancia um **compromisso entre as entidades envolvidas** na sua execução, que, para além das entidades que integram a comissão de cogestão, inclui o estabelecimento de parcerias com outras entidades presentes no território.

É elaborado e aprovado no **prazo de um ano** a contar da data de designação da comissão de cogestão da respetiva área protegida e considera um **horizonte temporal mínimo de três anos** para a sua execução, não obstante ser sempre precedido de consulta pública, por um período não inferior a 20 dias.

Como se garante o envolvimento de todos os interessados na cogestão?

A participação pública e o envolvimento de todos os interessados, em especial os residentes e utilizadores de uma área protegida, são assegurados com recurso à realização de consultas públicas, inquéritos de opinião, divulgação das medidas a implementar e sessões participativas.

Onde pode ser consultada informação no âmbito da cogestão?

Toda a informação relevante no âmbito da cogestão das áreas protegidas, incluindo a referente à constituição da comissão de cogestão, aos instrumentos de cogestão e a informação relativa aos instrumentos de participação pública, está disponível, de forma atualizada, em: www.icnf.pt/cogestao